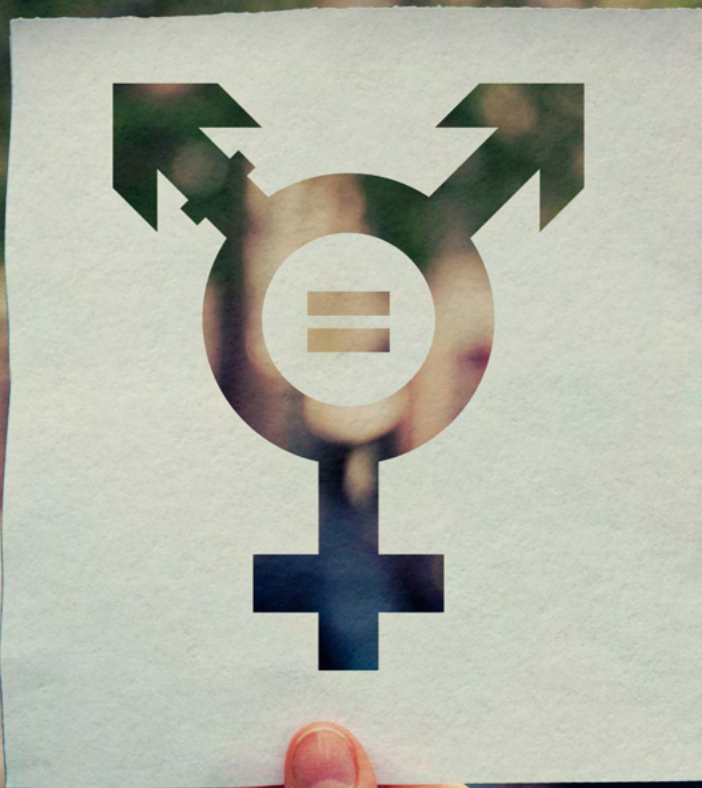


SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI
(ORGANIZADORA)



DIVERSIDADE

E INCLUSÃO SOCIAL


Ano 2022

SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI
(ORGANIZADORA)



DIVERSIDADE

E INCLUSÃO SOCIAL


Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D618 Diversidade e inclusão social / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-867-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.677222001>

1. Diversidade. 2. Inclusão social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 306.4

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea *Diversidade e Inclusão Social* apresenta 11 (onze) artigos que colocam em evidência questões relacionadas às temáticas diversidade e inclusão social de diferentes públicos e suas singularidades nos distintos cenários da atual conjuntura.

Apresentamos assim trabalhos decorrentes de: ensaios teóricos, pesquisa-ação, pesquisas qualitativas e quantitativas, narrativas (auto) biográficas, estudo de caso, revisão de literatura, levantamento bibliográfico, dentre outros.

O primeiro texto apresenta a experiência vinculada a disciplina de Pesquisa em um curso de Graduação junto ao acesso à saúde reprodutiva trans masculina no Sistema Único de Saúde – SUS. O segundo, apresenta os resultados de pesquisa qualitativa sobre questões de gênero a partir de narrativas (auto) biográficas. Já o terceiro coloca em discussão a violência contra a mulher e discute a terminologia cultura do estupro, trazendo importantes discussões sobre o seu uso e suas implicações.

O quarto artigo discute as questões relacionadas ao dispositivo sexualidade nas narrativas midiáticas. Já o quinto texto apresenta os resultados da pesquisa sobre questões de gênero no contexto de mulheres rurais. O sexto artigo, por sua vez apresenta os resultados da pesquisa sobre as representações sociais de professores sobre inclusão social em classes regulares da educação básica.

O sétimo texto apresenta os resultados da pesquisa sobre transfobia no ambiente escolar, apontando importantes contribuições os impactos na vida adulta. Já o oitavo artigo apresenta os resultados da pesquisa sobre a diversidade étnico-racial na educação especial.

O nono artigo apresenta os resultados da pesquisa sobre o uso da dança como prática educacional inclusiva em espaços escolares. O décimo artigo apresenta um estudo de caso sobre educação especial e inclusiva para alunos de uma pública. E finalmente, nosso último texto que discute aspectos da educação especial inclusiva, suas particularidades e desafios na atual conjuntura.

Dessa forma, convidamos o leitor a navegar pelos textos ora apresentados, rever conceitos, adentrar nas discussões e traçar os próprios caminhos de modo a contribuir com a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária dos serviços.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ACESSO À SAÚDE REPRODUTIVA TRANS MASCULINA NO SUS NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB: PROPOSTA DE PESQUISA-AÇÃO

Maria Imaculada de Andrade Moraes

Beatriz Alves Gomes de Lima

Maria Eduarda Souza da Silva

Maria do Socorro Vidal

Rafael Nicolau Carvalho


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220011>

CAPÍTULO 2..... 16

AZUL É DE MENINO, ROSA É DE MENINA? QUESTÕES DE GÊNERO ATRAVÉS DE NARRATIVAS (AUTO) BIOGRÁFICAS DISCENTES NO ENSINO FUNDAMENTAL

Janine Dorneles Pereira


Jorge Luiz da Cunha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220012>

CAPÍTULO 3..... 29

VIOLÊNCIAS SEXUAIS CONTRA AS MULHERES: A –NÃO- CULTURA DO ESTUPRO

Véronique Durand

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220013>

CAPÍTULO 4..... 37

O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE E AS NARRATIVAS MUDIÁTICAS SOBRE DILMA ROUSSEFF

Elizabeth Christina de Andrade Lima

Rafael Maracajá Antonino

Rafaella dos Santos Porfírio


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220014>

CAPÍTULO 5..... 51

CAMINHOS E DESCAMINHOS DE MULHERES RURAIS: DISCUTINDO QUESTÕES DE GÊNERO E EMPODERAMENTO

Hareli Fernanda Garcia Cecchin

Temis Gomes Parente

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220015>


CAPÍTULO 6..... 65






REPRESENTAÇÃO SOCIAL E INCLUSÃO: BUSCANDO NOVOS CAMINHOS

Ana Laura Schliemann

Angela Maria Baltieri Souza

Clarilza Prado de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220016>

CAPÍTULO 7.....	76
TRANSFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR: IMPACTOS PSICOLÓGICOS E SOCIAIS NA VIDA ADULTA	
Rafael Carneiro da Silva Franco	
Erika Conceição Gelenske Cunha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220017	
CAPÍTULO 8.....	93
DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE PATOS - PB: O QUE NOS DIZ O CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE 2018	
Antonio Wlisses Alves Benício	
Maylle Alves Benício	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220018	
CAPÍTULO 9.....	101
A DANÇA COMO PRÁTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA NOS ESPAÇOS ESCOLARES	
Juliana Regina Crestani	
Eduarda Eugenia Dias de Jesus	
Pedro Jorge Cortes Morales	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6772220019	
CAPÍTULO 10.....	110
“EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA ETEC “ORLANDO QUAGLIATO” – ESTUDO DE CASO	
Reinaldo Luiz Selani	
Ricardo Aparecido Selani	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.67722200110	
CAPÍTULO 11.....	119
UMA BREVE REFLEXÃO ACERCA DE CRIANÇAS COM AUTISMO NO PERÍODO DE ALFABETIZAÇÃO	
Adriana Silveira Monteiro Rodrigues	
Caroline Gomes de Souza	
Cleonice Silveira Monteiro	
Dulcineide Domitila Junglos	
Elias da Silva Macedo	
Jucely Modesto de Souza	
Luciana Silveira Monteiro	
Lucimara dos Santos Luiz	
Roseli Silveira Monteiro da Costa	
Rosilda Silveira Monteiro	
Mayara Pereira Jorge	
Tatiane da Silva Ortellado	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.67722200111	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	133
ÍNDICE REMISSIVO.....	134

CAPÍTULO 4

O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE E AS NARRATIVAS MIDIÁTICAS SOBRE DILMA ROUSSEFF

Data de aceite: 10/01/2022

Data de submissão: 12/10/2021

Elizabeth Christina de Andrade Lima

UFCG

Campina Grande/Paraíba

<http://lattes.cnpq.br/9483143620752293>

Rafael Maracajá Antonino

PPGCS/UFCG

Campina Grande/Paraíba

<http://lattes.cnpq.br/9937616926980227>

Rafaella dos Santos Porfírio

PPGCS/UFCG

Campina Grande/ Paraíba

<http://lattes.cnpq.br/1733246536618830>

RESUMO: O artigo se propõe analisar a abordagem do gênero em veículos midiáticos no que tange à política no Brasil, mais especificamente durante a campanha presidencial de 2010 e 2014 com enfoque nas candidaturas de Dilma Rousseff, Marina Silva e José Serra e nos episódios que seguiram até o processo de *impeachment* ocorrido em agosto de 2016. Procuramos analisar criticamente as assimetrias presentes nas pautas e maneiras como se dão os debates acerca da imagem pública dos três, por ocasião das referidas campanhas políticas e toda uma performance de ódio dirigidas a Presidenta Dilma que eclodiram com o seu afastamento definitivo da Presidência do Brasil. Além disso, propomos uma reflexão acerca da nocividade presente na essencialização de identidades, bem como dos

mecanismos do dispositivo da sexualidade em diversos âmbitos da vida social.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade; Mídia e política; Dispositivo da sexualidade.

THE SEXUALITY DISPOSITIF AND MEDIA NARRATIVES ABOUT DILMA ROUSSEFF

ABSTRACT: The article purports to examine the gender approach in media vehicles when it comes to politics in Brazil, more specifically during the 2010 and 2014 presidential campaign with focus on applications of Dilma Rousseff, Marina Silva and Jose Serra and in episodes that followed the impeachment process occurred in August 2016. We seek to analyse critically the asymmetries found in guidelines and ways how to do debates about public image of three, on the occasion of such political campaigns and a whole performance of hatred directed at President Dilma that broke out with the your removal of the Presidency of Brazil. In addition, we propose a reflection about the harmfulness that present in the essentialisation of identities, as well as the mechanisms the device of sexuality in various areas of social life.

KEYWORDS: Sexuality; Media and politics; Device of sexuality.

INTRODUÇÃO

É conhecido o debate acerca da inexpressiva representatividade de mulheres nos espaços de poder político; na tentativa de minorar esse problema, medidas foram tomadas,

como a Lei de Cotas, criada no ano de 1997, que destina pelo menos 30% das vagas para concorrer nas eleições para cada um dos sexos. Não obstante, tal Lei não tem logrado o resultado esperado; as mulheres continuam a terem dificuldades para se candidatarem e serem eleitas, por uma série de motivos, dentre eles destacam-se: ausência de um efetivo apoio partidário, não serem devidamente preparadas para concorrerem e não terem acesso ao justo financiamento de campanhas. Ademais, ainda surge um outro problema que diz respeito a própria ideia de representatividade e esta tem sido problematizada por vertentes do feminismo, vista como uma possível armadilha de um sistema identitário fixo e restrito.

Mas se nos encontramos no marco das políticas identitárias e só através delas temos conseguido pequenos, mas importantes avanços em nossas pautas, como proceder? Abandonar essas categorias? Como subverter essa ordem?

Diante desse dilema, um dos problemas mais recorrentes é o uso da categoria “mulheres” sem que sejam feitas as devidas ponderações. É descabido o pressuposto ou o uso que a percebe como um grupo homogêneo, desconsiderando as diversas maneiras existentes de “ser mulher”, de vivenciar essa identidade ou mesmo de não se reconhecer enquanto sujeito dela, mas, arbitrariamente, ser enquadrada enquanto tal por estruturas de poder e instituições.

No intento de apresentar essa problemática trazemos exemplos de discursos veiculados pelos meios de comunicação hegemônicos nas campanhas presidenciais de 2010 e 2014 que se valeram de apelos a estereótipos de gênero e de misoginia, sobretudo dirigidos às então candidatas à presidência da República, Dilma Rousseff e Marina Silva. Ocorre que as próprias, em muitos momentos, também recorreram a tal recurso que, ironicamente, foi utilizado contra elas mesmas em diversas ocasiões quando tiveram, por exemplo, suas aparências questionadas e, no caso específico da candidata Dilma, também sua sexualidade.

MÍDIA E POLÍTICA: COMO CONSTRUIR OU DESCONSTRUIR IMAGENS PÚBLICAS

Nos deparamos com frequência com a veiculação, em diversos espaços, de discursos que estereotipam as relações de gênero, geralmente com base no binômio feminino x masculino e definições de “papéis” a partir dele. Os meios de comunicação, em sua variedade, também o fazem, e aqui daremos a eles uma atenção especial pelo fato de serem potenciais formadores de opinião pública.

Os referidos estereótipos se constituem com base em práticas discursivas de estruturas de poder orquestradas por uma lógica construída por meio do que Michel Foucault (1988) denominou de dispositivo da sexualidade. Este que, por sua vez, tem por base o controle de corpos e comportamentos a partir de discursos normativos sobre o sexo e da produção de técnicas utilizadas em processos de normalização da sexualidade.

Desse modo, como parâmetro para todas as relações sexuais é instituída a heteronormatividade, com ela são postuladas e estabelecidas preocupações com a coerência entre aparato biológico, identidade e performance de gênero, desejo e prática sexual dos sujeitos.

Foucault (1988) chega ao estudo do dispositivo da sexualidade por meio de reflexões sobre o poder nas sociedades ocidentais em, principalmente, três fases. Cabe evidenciar que não há uma brusca cisão entre elas, mas processos de transformações inscritos em dados períodos históricos que preservam algumas características, se desfazem de outras e incorporam novas. O poder soberano, exercido em meados da Idade Média, foi caracterizado pela centralidade do rei na sociedade e por um controle dos corpos por meio de severas punições e sanções que chegavam à pena de morte, exercida de forma pública.

Como desdobramento da mecânica do poder nas sociedades disciplinares, no século XVIII há a emergência das sociedades disciplinares, que se estendem e têm seu ápice no início do século XX. A principal característica do poder disciplinar é a vigilância, os indivíduos têm a impressão de serem observados a todo momento e temem isso, ainda que não o sejam.

Como desdobramento da mecânica do poder nas sociedades disciplinares, dá-se a emergência do que se denomina biopoder, uma tecnologia de poder que não se afasta da disciplina dos corpos, mas num movimento de agregação, implementa novas estratégias de controle que se encarregam de administrar minuciosamente o corpo social.

O biopoder é então exercido por meio de biopolíticas, que se empenham na administração do corpo-espécie através de dispositivos de segurança e tecnologias de controle, na administração do corpo social. Deriva daí o que Gilles Deleuze (1990), denomina de sociedades de controle, instaladas no século XX logo após a Segunda Guerra Mundial.

No contexto do pânico racial táticas biopolíticas desempenharam um papel importante no controle da reprodução e do corpo das mulheres, é também nesse período que seus corpos são esquadrinhados pela ciência hegemônica e lhes são atribuídas a histeria como característica e a maternidade como destino, servindo esta última como atenuante da primeira de acordo com tal ciência.

Ainda seguindo essa lógica, Sylvio Gadelha (2013) afirma que o próprio dispositivo da sexualidade atua sobre seus corpos a partir de uma estratégia normalizadora de histerização, que consiste em desqualificá-las e disseminar a ideia de que são incapazes de sentir qualquer desejo sexual, que as mulheres são criaturas eminentemente infantis e frágeis, incapazes de tomar decisões assertivas, de que sua principal função é procriar, educar seus/as filhos/as e cuidar do lar.

Diante disso institui-se a noção de que a maternidade é a única condição que proporciona completude e realização as mulheres. Essa maternidade está associada a um padrão de comportamento e relacionamento heterossexual, desestabilizado e subvertido

por diversas mulheres que se identificando enquanto heterossexuais não são casadas nem são mães, que sendo mães não se identificam com a heterossexualidade, que dividem a maternidade com outra ou outras mulheres, que sendo mães e independento de sua identidade de gênero são incômodas à heteronorma por performarem o que ela entende por masculinidade, dentre outras tantas possibilidades de existências abjetas demais diante da norma.

Esses discursos que produzem “verdades” em relação aos corpos e sexualidades se instituem a partir de uma lógica de dominação que racionaliza o sexo por meio de processos normalizadores. Eles se dão com base em uma norma que, de acordo com Gadelha (2013), não tem como intuito expiar ou reprimir os corpos, mas estabelecer uma regra a ser seguida a partir de comparações que demarcam diferenças, hierarquizam comportamentos, atuam numa perspectiva homogeneizadora e excluem o que é considerado impróprio, pervertido. Vale salientar que de acordo com Preciado (2011) essa norma e os processos de normalização estão ligados diretamente ao saber médico, embora o extrapolem, e à medicalização da vida.

Para falarmos de exemplos concretos, do quão rejeitados são esses corpos e comportamentos julgados impróprios, vale trazer à tona alguns acontecimentos da campanha presidencial do ano de 2010 quando, pela primeira vez na história do país, uma mulher foi eleita e em 2014, reeleita, presidenta do Brasil. Tais campanhas foram permeadas por abordagens problemáticas em relação as mulheres em geral e as duas candidatas: Marina Silva, do PV e Dilma Rousseff, candidata pelo PT.

Nos mais variados espaços houve uma forte insistência em discorrer sobre suas vidas privadas, sobre a constituição de suas famílias, casamentos, filhos e outros aspectos; ao passo que sobre o candidato José Serra, do PSDB, por exemplo, o conteúdo veiculado sobre sua vida pessoal remetia, no máximo, a seu gosto por artes, bebidas e outras preferências “típicas” do universo masculino. Além disso sobre as candidatas muito se publicou sobre suas aparências físicas, a pouca vaidade de ambas e a escassa feminilidade na performance, principalmente de Dilma Rousseff.

Com base na análise de entrevistas cedidas pelas candidatas e candidato ao Jornal Nacional e suas falas no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral – HGPE, Mota e Biroli (2014) apontam que outra peculiaridade da campanha de 2010 foram as abordagens feitas principalmente sobre políticas públicas para as mulheres e as questões relacionadas à maternidade, ao entendimento naturalizado e essencialista do binômio quase inseparável nos discursos: mulher-mãe:

As representações do feminino focam no indivíduo quando tratam de elementos que seriam “naturais” à identidade feminina compartilhados *por toda e qualquer mulher*. Já quando políticas relacionadas às demandas das mulheres aparecem – como as políticas voltadas para a saúde da mulher, o que se observa é que o discurso sofre um rearranjo e mulheres passam a ser tratadas como grupo, com interesses e demandas definidas. Esse rearranjo

não rompe com a primeira forma de representa-las porque essas demandas e interesses seriam desdobramentos de sua identidade “feminina” – tratados de forma homogênea, de modo que *todas as mulheres* aparecem como mães. Reduz-se, assim, o espaço para que outros interesses e demandas das mulheres, enquanto grupo, sejam tematizados. (MOTA & BIROLI, 2014, p. 08)

Para as autoras a reprodução desse estereótipo que essencializa o “ser mulher” nas entrevistas realizadas no Jornal Nacional ora é feita pelos âncoras que as entrevistaram, ora pelas próprias candidatas. Por estas um recurso utilizado são as analogias que fizeram entre a postura da mulher-mãe-dona de casa e o caráter mais “zeloso” ou “cauteloso” que teriam para governar, como vantagens inerentes por serem mulheres. Esta seria a seara de da chamada singularidade do feminino (BARREIRA, 1995) que não deixou de ser usado pelas citadas candidatas.

A maternidade apareceu, também, como um destino inexorável e quase sagrado. Corroborando com essa perspectiva outro assunto que esteve em pauta foi o aborto, o que as propostas de Dilma, Serra e Marina previam para a questão. Argumentos religiosos, questões “morais” e bioéticas foram mobilizados em diversos momentos e o problema figurou como um elemento potencialmente decisivo no resultado das eleições. Quem eventualmente declarasse apoio a mudanças alinhadas a qualquer princípio de flexibilização da legislação vigente no sentido de facilitar o procedimento, ou mesmo legalizar o aborto, poria sua candidatura em cheque.

Como sabemos, processos eleitorais se apoiam num jogo de estratégias e em 2010 não foi diferente. No entanto, uma particularidade foi observada: as candidatas, diante de uma sociedade regida por valores misóginos e de um cenário político majoritariamente ocupado por homens, tiveram que construir narrativas que as tornassem confiáveis, por meio das quais atestariam que estavam qualificadas para ocupar o cargo ao qual concorriam.

Mota e Biroli (2014) elencam duas principais dessas estratégias, quais sejam: ambas enfatizaram diversas vezes o fato e a importância de ser a primeira mulher na história do país a ocupar a presidência da República. Além disso procuraram sobressaltar em suas falas o diferencial existente aí, se eleitas, guiariam seus mandatos pela lógica do cuidado, apoiada no estereótipo de gênero, por meio das analogias citadas acima. Nesse ensejo cabe atentar para o fato de que Serra, ou outros candidatos, não precisaram mobilizar argumentos sensibilizadores em função de seu gênero para provar a capacidade de ocupar um cargo político.

Cabe ainda outra ressalva no que diz respeito a tentativa de construção de uma imagem, ou mesmo desconstrução de outra, quando as autoras defendem que

Estas narrativas estão presentes principalmente no caso da candidata Dilma, que por ter um perfil anterior visto como masculinizado parece ter grande necessidade de adicionar à sua imagem tais características femininas. (MOTA & BIROLI, 2014, p. 09)

Essa masculinidade foi associada também por todo um “circuito de boatos”

(BARREIRA, 1995) e veículos midiáticos sobre uma suposta lesbianidade da candidata Dilma, com diversas características físicas e comportamentais dela sendo apontadas, mas não só, como também abertamente zombadas. A lesbianidade nesse ensejo transgride o paradigma heteronormativo, uma vez que lésbicas podem performar diversas feminilidades e masculinidades, ultrapassam ou habitam as fronteiras da norma de modo que, por vezes, seus corpos são dados como ininteligíveis, “anti-naturais”.

Essa abjeção se torna alvo de ataques conservadores, violentos, e de uma dinâmica de negação, orquestrada por retaliações que se dão das mais variadas maneiras, sendo a lesbofobia uma delas.

Nas eleições de 2014, o fato se repete, só que agora de maneira extremamente violenta, amparada num discurso de ódio e de misoginia dirigidos, principalmente a candidata Dilma, que busca a sua reeleição e a desconstrução da candidata Marina, que vira chacota nas redes sociais, onde sua performance, sua vestimenta, seu cabelo, passam a ser mais destacados do que o seu discurso político. O candidato do PSDB, Aécio Neves, por várias ocasiões, principalmente nos debates televisivos, se utilizará do termo “leviana” para classificar as candidatas, Dilma Rousseff, do PT; Marina Silva do PV e Luciana Genro, do PSOL, numa clara intenção de as performatizar como mulheres fúteis, fáceis, de fraco trato, portanto, de *personas* não apropriadas para o cargo da estatura da Presidência da República.

Mais uma vez, ao modo como aconteceu com José Serra, nas Eleições de 2010, a imagem de Aécio Neves, nas Eleições de 2014 é preservada, sobretudo no que diz respeito a sua capacidade para governar, a sua sexualidade e suas preferências pessoais. Dele se destacam suas qualidades políticas, parentesco com a tradicional família Neves, bem como o seu estilo esportivo, jovial e *playboy* de viver.

Vale salientar que os debates televisivos (WEBER; ABREU, 2010) ocuparam posição central por ocasião da campanha de 2014; e, não à toa, o termo leviana passa a ser algumas vezes usado pelos adversários e tal uso começa a impactar a disputa eleitoral.

Ainda no primeiro turno, no último debate televisivo realizado pela Rede Globo, os candidatos Aécio Neves – PSDB e Luciana Genro – PSOL colocaram em evidência a palavra leviana. Chamado de “fanático das privatizações e da corrupção” pela candidata do PSOL, o tucano levantou o dedo e chamou a adversária de leviana e despreparada para disputar a Presidência. Assim se dirigiu Aécio à candidata:

Luciana não seja *leviana*, você está aqui como candidata a Presidente da República, sem conhecer do que está falando. No meu governo todas as obras públicas foram feitas pra atender a população de meu Estado, todas elas aprovadas pelo Ministério Público [...] Acusações *levianas* em véspera de eleição não servem a um debate deste nível. Lamentavelmente você não está preparada para disputar a Presidência da República (Transcrição a partir de vídeo, grifos nossos).¹

1 O vídeo original encontra-se disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QOwwlQLt0kU>>.

É só no segundo turno, com a disputa polarizada entre Aécio Neves – PSDB, representante de uma direita conservadora, e Dilma Rousseff – PT, que aglutina forças de esquerda, que assistimos, de forma mais frequente, o confronto entre os candidatos, tanto em relação aos protagonistas da disputa quanto ao eleitorado, fortemente dividido.

No que diz respeito à simbologia de gênero, Aécio representa a figura do masculino, do homem forte, combativo, corajoso e audacioso, enquanto Dilma transita entre os papéis de mulher forte, combativa e guerreira e o de mulher, mãe e avó. Nesse caso, Dilma constrói uma imagem “em conflito” em relação ao que se espera da identidade de gênero feminino e da performance de uma estadista.

O espaço televisivo dos debates entre os candidatos, unido às redes sociais, transformam-se em interessante campo para a análise sócio-antropológica. O primeiro dos encontros foi realizado pela Rede Bandeirantes de Televisão, no dia 14 de outubro de 2014. Nesse confronto, Aécio, ao ser questionado por sua adversária sobre a construção de um Aeroporto na cidade de Cláudio – MG, em terras de sua família, reage acusando Dilma de ser leviana; assim se pronunciou no debate o candidato Aécio:

Eu quero responder a candidata Dilma olhando nos seus olhos, a senhora esta sendo leviana candidata, leviana. O Ministério Público Federal atestou a regularidade desta obra, eu tenho que agradecer a oportunidade de poder falar sobre isso, eu fiz milhares de obras no meu governo, todas elas atestadas como obras corretas [...] Essa obra de Cláudio que a senhora insiste em repetir, inclusive de forma também leviana na sua propaganda eleitoral, tanto que o TSE a retirou do ar, foi uma obra feita em uma terra desapropriada em desfavor de um tio avô meu, para beneficiar uma região próspera, onde estão mais de cento e cinquenta indústrias (Transcrição de vídeo).

Astutamente a campanha de Dilma Rousseff vai explorar o uso raivoso, enfático e misógino, por Aécio, do termo leviana, com vistas a tirar, desse episódio, dividendos políticos. A primeira providência tomada diz respeito a um pronunciamento da Presidenta, quando afirma esperar que no próximo debate a ser realizado pela TV Record não se repitam os ataques ocorridos nos debates anteriores, e que integra a reportagem de Talita Fernandes, em 19/10/2014:

É do meu interesse discutir propostas [...] É melhor que não haja (clima de ataques). Quando um não quer dois não brigam. Agora é impossível escutar agressões, preconceitos e desrespeito sem responder, principalmente no quadro eleitoral.

Acrescenta a matéria:

Em entrevista coletiva em São Paulo, pouco antes de participar do debate, Dilma fez críticas ao seu adversário, dizendo que ele a desrespeitou ao chamá-la de leviana. [...] Ela classificou o comportamento do candidato do PSDB como “*uma ação grave para uma mulher*”, lembrando o debate da TV Globo no primeiro turno, quando Aécio apontou o dedo para a candidata do PSOL, Luciana Genro, e a chamou de *leviana*, palavra que repetiu para Dilma na última quinta. “Ele chamou nós duas de *levianas*. É disso que ele está

querendo nos processar? Ele se processa a si mesmo, porque quem nos chamou foi ele. Tem de aprender a respeitar as mulheres. Com mulher não pode ser assim. Nós não temos esse comportamento”, disse, respondendo a fala do tucano, que disse que iria processar Dilma pelas acusações (FERNANDES, 19/10/2014).

As acusações mencionadas por Aécio dizem respeito à tentativa da Presidenta de desqualificá-lo como alguém que não respeita as mulheres. Essa estratégia da campanha de Dilma acaba sendo bastante eficaz, porque consegue centralizar a discussão do “desrespeito” não em relação à candidata Dilma, mas, sim, a todas as mulheres, ou seja, o intento foi fazer com que, simbolicamente e de forma prática, as mulheres se sentissem igualmente atingidas e desrespeitadas, como se sua honra e moral tivessem sido também atingidas.

No dia 23 de outubro de 2014 circula na Folha de São Paulo a notícia de que a candidatura de Dilma crescera depois dos ataques de Aécio a ela. A pesquisa Datafolha aponta que Dilma subiu de 42% para 47% enquanto Aécio caiu de 46% para 41% no eleitorado feminino.

Assim, podemos ler o seguinte discurso no jornal Folha de São Paulo no dia 23/10/2014:

Os petistas afirmaram ter pesquisas internas mostrando que a palavra leviana foi considerada muito agressiva, principalmente entre as camadas mais humildes. Diante do resultado, o PT montou uma operação nas redes sociais e em eventos públicos para tentar colar o rótulo de agressivo ao adversário do PSDB.

Ainda com relação a essa matéria, merece destacarmos o uso político que o até então Presidente Luis Inácio Lula da Silva faz desse acontecimento, buscando colar, de maneira contundente, a imagem de Aécio a uma pessoa misógina:

O ex-presidente Lula acusou Aécio de ser grosseiro com Dilma durante atividades de campanha no segundo turno. No último dia 18, em um comício em Belo Horizonte, o petista afirmou: “seu negócio com mulher é partir pra agressão, partir pra cima agredindo”. Lula saiu em defesa de Dilma ao dizer não saber se Aécio “teria coragem de ser tão grosseiro se o adversário dele fosse um homem” (FOLHA DE SÃO PAULO, 23/10/2014).

Vitimar a Presidenta e sair em sua defesa, assumindo o papel de uma espécie de “companheiro protetor”, é a estratégia utilizada por Lula para buscar a simpatia do eleitorado feminino, acreditando que este pode se solidarizar com a candidata por se identificar com o gênero feminino.

Essa espécie de “guerra de gêneros” ganha um novo capítulo quando da realização de um outro debate, no dia 16 de outubro, promovido pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). Sem dúvida, esse encontro teve como marca a tensão, com diversas acusações mútuas entre os candidatos e o uso recorrente do ataque, no intuito de desestabilizar “o outro”. Todavia, a queda de pressão da presidenta, durante entrevista ao vivo, posterior ao

embate, foi a principal notícia na mídia nacional.

No caso em tela, surgiu a notícia de que, tão logo foi encerrado o debate, a candidata Marina teria ligado para Aécio e este teria caçoado da candidata por esta ter sofrido uma queda de pressão, e que tal fato se deu em virtude de ela não ter suportado a pressão no confronto com seu opositor².

O ambiente nas redes sociais, nas ruas, e presente nas falas e nas atitudes das pessoas em relação à Presidenta, colocam o fato de ser mulher de forma depreciativa, como algo que antecede outras dimensões da discussão política, é o que veremos abaixo.

A ZONA CINZENTA DOS SENTIMENTOS

A inserção da mulher no mundo da política é um desafio, sobretudo em países como o Brasil, onde o sistema patriarcal define em grande medida os papéis sociais que homens e mulheres devem assumir seja culturalmente, socialmente ou politicamente. A divisão sexual do trabalho se mostra como um dos grandes empecilhos que fazem com que muitas mulheres sejam privadas de vivenciar o mundo político. Boa parte das pessoas do sexo feminino convive com o fato de ter que lidar com a dupla (até tripla) jornada de trabalho, um fator de peso que acaba por desestimular centenas de mulheres na busca por uma carreira política.

Além dos poucos avanços na efetiva participação feminina nos espaços de poder, a política brasileira sofreu algumas mudanças importantes que podem nos indicar uma transformação, ainda que tímida, nas relações dos brasileiros com sua própria cultura política, entre elas destacam-se a utilização da internet como ferramenta para ampliação das campanhas eleitorais e como espaço para o estreitamento dos laços sociais entre candidatos e eleitores através do mundo virtual. Esses dois fatores, a princípio, podem parecer elementos não pertencentes ao mesmo conjunto. Porém o estudo da utilização da internet como ferramenta política pode auxiliar na análise da construção e desconstrução das imagens públicas das mulheres que decidem enfrentar o sistema patriarcal e vivenciar de diversas formas a vida política.

O ódio como uma espécie de motor das manifestações contra a Presidenta Dilma nas ruas e nas redes sociais não é novidade para quem acompanha todo esse movimento, mas merece algumas reflexões sobre as razões de tamanha expressão. Obviamente as estruturas de comunicação, particularmente a internet, trataram de dar visibilidade a tal sentimento munido de toda uma expressão de ressentimento. A zona cinzenta a qual fazemos menção é exatamente o espaço entre o ódio e o amor marcado por uma liminaridade, por um interstício que batizamos de expressão de ressentimento.

Ao buscar as possíveis razões para exacerbação de tais ressentimentos nutridos por expressões de ódio dirigidos a Presidenta, obviamente entrecortados por uma relação

² Ver matéria de Paulo Henrique Amorim disponível em: <<http://www.conversaafiada.com.br/brasil/2014/10/17/machao-debocha-da-hipoglicemia-da-dilma>>. Acesso em: 28 maio 2015.

de gênero que busca inferiorizar o feminino e enaltecer o masculino, cremos que um outro elemento analítico pode entrar em cena para justificar tais sentimentos: a campanha de 2014 foi marcada por uma forte disputa entre os candidatos, onde de tudo aconteceu: desrespeitos, insinuações e boatos de todas as partes. A polarização entre esquerda e direita no Brasil, entre os ideais conservadores e os de justiça social fizeram o Brasil se dividir de uma forma bastante otimista quanto à vitória de seu candidato e bastante violenta quanto ao seu opositor.

Iniciam-se pós-eleição todo um conjunto de manifestações inclusive pró-*impeachment* da Presidenta eleita, milhares de pessoas em todo o Brasil, marcaram, principalmente via redes sociais, manifestações para criticar o seu governo. Em algumas dessas manifestações foi possível ler cartazes com frases tais como: “Balança que a quenga cai”; “Dilma biscatona veia”; “Bolsa Família é coisa de vagabundo”; “Vai pra Cuba, comunista de merda”.

Para o filósofo Pablo Ortellado, o crescimento de um novo conservadorismo, que tem no ódio e nós acrescentaríamos, no ressentimento, sua orientação política, estaria subvertendo valores. Neste sentido, “a moral deixa de estar subordinada à política e passa a subordinar a política”.³

Para o citado filósofo, o atual cenário de manifestações e insatisfação política o que levou a Presidenta a ostentar a maior queda de sua popularidade, cerca de 60% de rejeição ao seu governo, em decorrência de medidas impopulares que teve que tomar como forma de realizar o ajuste fiscal das contas no Brasil, produz duas consequências:

Primeiro, temas morais como aborto, casamento gay, drogas e maioria penal, que eram temas menores, ganham enorme proeminência, eles pulam para frente e para o centro do debate. Depois, temas mais tradicionais como a política econômica e a social passam a ser inseridos no debate moral de forma punitiva. Então, o ‘Bolsa Família’ passa a ser errado, mas por quê? Não é por que ele é ineficaz, isso seria o discurso liberal antigo. O discurso conservador de hoje não discute a eficácia, ele discute moralmente, ou seja, o Estado está auxiliando pessoas que não trabalham, que não estudam, que não merecem receber o dinheiro que estão recebendo. (ORTELLADO *apud* CARVALHO, 2015, p.30)⁴

Nestes termos, vemos claramente delinear-se nessa multiplicidade de discursos conservadores e contrários ao governo da Presidenta uma forte expressão de ressentimento marcado pela ameaça e medo de perder ou não poder reconquistar o *status quo*:

Um *profundo ressentimento* pode surgir (...) entre os membros da maioria, sobretudo entre aqueles que têm a impressão de que seu *status* está ameaçado, que creem ter perdido valor, que não se sentem mais em segurança. Esse ressentimento surge quando um grupo marginal socialmente inferior, desprezado e estigmatizado, está a ponto de exigir a igualdade

3 Citação de Pablo Ortellado descrita pelo jornalista Igor Carvalho na matéria intitulada: Da despolitização ao ódio. Revista Caros Amigos. Um país em disputa: esquerda e direita vão às ruas. Ano XIX, n.217, p.30, 2015.

4 Citação de Pablo Ortellado descrita pelo jornalista Igor Carvalho na matéria intitulada: Da despolitização ao ódio. Revista Caros Amigos. Um país em disputa: esquerda e direita vão às ruas. Ano XIX, n.217, p.30, 2015.

não somente legal, mas também social; quando seus membros começam a ocupar, na sociedade majoritária, posições antes inacessíveis a eles. (ELIAS *apud* HAROCHE, 2004, p. 336)

Ensina-nos Voltaire que “as mágoas secretas são ainda mais cruéis do que as misérias públicas” (VOLTAIRE, 1990, p.95).⁵ O que se observa é uma luta pela ocupação de espaços de poder marcados por uma espécie de crise hierárquica, que parece estar “bagunçando” e redefinindo a antiga estrutura e estratificação social brasileira. Os governos de Lula e Dilma permitiram essa “dança das cadeiras” e o processo de empoderamento das classes populares que ascendem da “classe d” para a “classe c” incomoda por demais a elite secular conservadora do Brasil, acostumada a não se sentir ameaçada em sua posição e suas benesses:

Um grupo marginal desprezado, estigmatizado e relativamente impotente, enquanto seus membros se contentarem com as fileiras inferiores que, segundo a concepção dos grupos estabelecidos, é equivalente a seu grupo, e enquanto se comportarem conforme seu status inferior, como seres subordinados e submissos (...). Mas eles sentem como uma humilhação insuportável ter que entrar em concorrência com membros de um grupo marginal desprezado. (ELIAS *apud* HAROCHE, 2004, p. 336)

É importante destacar que o cenário de práticas misóginas sofridas pela Presidenta não são redutíveis, exclusivamente, a uma violenta luta de espaços de poder masculino e feminino, numa sociedade marcadamente patriarcal, o que está em jogo e em disputa igualmente é uma luta de classes, que acaba subsumida naquela, porém não é menos importante. O ressentimento que nutre e atravessa, até o presente momento, o governo Dilma, não é apenas uma “luta dos sexos”, é também uma “luta de classes” numa sociedade marcada pela desigualdade social e práticas hierárquicas que tentam, todo o tempo, classificar e demarcar os lugares dos ricos e dos pobres, dos burgueses e dos proletários. As práticas de ressentimento passam pelo inconformismo das elites seculares no Brasil de assistir a ascensão e o empoderamento das classes populares e se expressam, de forma contundente, naquela que seria uma das responsáveis por este novo quadro: a Presidenta Dilma. O grupo político opositor, na época, do governo da Presidenta Dilma representa os interesses dessa elite ressentida e inconformada de ver seus espaços de atuação pública, cultural, social e econômica ser subsumidos por uma classe em ascensão, de tal sorte que a elite no Brasil aciona o ressentimento como “uma resposta inconsciente, efeito longínquo de uma angústia ignorada, recalcada, ligada ao sentimento ameaçador de uma negação da existência.” (HAROCHE, 2004, p. 336). E ainda:

Esse reconhecimento limitado, levemente humilhante, devia ser gerador de frustração e de ressentimento que levaria, veremos, a um verdadeiro ódio, não tanto em relação às elites dirigentes, mas em direção àqueles que, refugiando-se na cultura humanista, podiam subtrair-se àquela identificação humilhante. O ressentimento se desenvolve a partir da impossível dominação

5 VOLTAIRE. *Cândido*, 20, São Paulo, 1990, trad. M.E. Galvão G. Pereira.

das classes médias humanistas, liberais, pela outra parte das classes médias, as nacionalistas, que não suportavam que iguais a elas pudessem subtrair-se, escapar aos mecanismos de poder. Esta subtração desencadeia então processos, reações de raiva, de crueldade e de sadismo. (HAROCHE, 2004, p. 337-338)

Elias ao analisar sobre a origem do processo que provoca o ressentimento “a partir da emergência progressiva de uma decepção, uma desilusão, uma amargura, uma frustração rastejante” (ELIAS apud HAROCHE, 2004, p.338) nos ajuda a refletir sobre a *persona* Dilma Rousseff, ela parece ser – por ser mulher, por ser apoiada por Lula, por ser petista etc – o “bode expiatório” que permitirá à elite destilar o seu ódio a tudo que os “inferiores” estão os obrigando a ver e conviver: a insuportável ascensão e, principalmente, empoderamento, dos “inferiores”, ou seja, das “classes populares”;

E é precisamente este ponto que nos parece decisivo: esse processo se exprimirá não em relação a seus superiores, mas sob a forma de desprezo, de raiva odiosa, obstinada e sistemática ao inferior, ao fraco, ao marginal em relação às hierarquias sociais e políticas, aos estranhos à nação. Como membros da classe média inferior humanista, os judeus serão vítimas privilegiadas desse ressentimento. Dessa forma, o que devia provocar a raiva dos nazistas é o fato de não conseguirem dominar as classes médias inferiores em *status* e poder, uma vez que as classes humanistas, liberais, subtraíam-se aos mecanismos de poder. (HAROCHE, 2004, p. 338)

Nestes termos, podemos por analogia, defender que baseadas na citação acima descrita, Dilma, da mesma maneira que os judeus é a representante do “inferior”, e ela mesma é a “inferior”, por ser mulher. A mulher que se mete num campo que não é seu, ela é a “inconveniente”, que está no lugar errado e na hora errada.

Nunca é demais lembrarmos que vivemos em uma sociedade patriarcal, e portanto, essencialmente *falocêntrica*, ou seja, cingida pela superioridade masculina. O patriarcado exagera a ideia de que mulheres, seus corpos e mentes são moldados por falos ou homens, moldados por sua vida sexual. Mulheres então são julgadas, independentemente de terem muitas relações sexuais com machos ou não se relacionarem com eles. A mulher que na disputa por espaços de poder, particularmente no ambiente da política, ousa ser incisiva ou ter pulso forte; a mulher que reivindica seu espaço num meio masculinizado como a política, sofre tentativas constantes de silenciamento.

A presidenta Dilma incomoda porque, por ser mulher, ela abala a ordem estabelecida que é baseada na dominação masculina. Os discursos de misoginia dirigidos a ela, como alguns dos que reproduzimos nesse artigo, intencionam abalar o feminismo, personificado na primeira mulher eleita Presidenta do Brasil.

Dilma Rousseff, por sua representação de primeira mulher eleita Presidenta do Brasil e por sua biografia pessoal e pública, bem poderia ser o ícone, o arquétipo de uma nova sociedade; talvez por isso ela incomode tanto, porque ela desestabiliza, ela conflitua, ela põe em xeque a ordem estabelecida. Por isso ela é uma “vaca”, uma “vadia”, um “bode

expiatório” para aqueles e aquelas que pretendem continuar no mesmo, na ordem do sempre que enquadra e classifica, violentamente, os lugares do ser homem e do ser mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade é permeada de contradições e disputas ideológicas. O âmbito da política não diverge e não se desenvolve sozinho, isolado, mas numa troca constante de informações e peças com a mídia e com as construções sociais de determinado povo. Diante disso, ainda que imperceptivelmente, Dilma, ao se utilizar de discursos que reforçaram estereótipos de gênero, caiu, ela mesma, nas armadilhas que eles trazem, por não atender em um ou noutro aspecto os padrões impostos pela heteronorma. Mas, em meio à nossa estrutura social, era praticamente inconciliável a adoção de outro discurso e a possibilidade de ser eleita.

Em 2013, ao ser abordada por uma multidão de jornalistas um deles perguntou se ela seria “homossexual”, irritada respondeu que se recusava a discutir coisa de tal natureza, e que era mãe e avó. Nas entrelinhas da fala, a maternidade lhe asseguraria a heterossexualidade inquestionavelmente. Ser mãe e avó não lhe bastou para que não fosse questionada quanto a seu comportamento considerado pouco feminino, aos seus trajes, cabelo, peso e trejeitos tidos como masculinizados.

Outras situações invasivas e até mesmo violentas aconteceram e se acentuaram durante o seu governo e por ocasião do processo de *impeachment* – que levou ao se afastamento definitivo do poder no dia 30 de agosto de 2016 –. Na falta de argumentos e provas plausíveis sobre qualquer crime de responsabilidade, o que justificaria o impedimento de seu mandato, diversos artifícios foram mobilizados a fim de deslegitimá-la. Vadia, “malcomida”, sapatão e louca foram só algumas das palavras dirigidas a ela efusivamente nas redes sociais e nas manifestações de rua.

Julgada incapaz de concluir seu mandato e acusada de jogar a economia do país numa profunda recessão, foi impedida de continuar no cargo que venceu por meio de votos legítimos até o fim do mandato. A capa da revista *IstoÉ* de abril de 2016 chamou Dilma de louca e histérica, e não restam dúvidas de que se em seu lugar estivesse um homem as retaliações enveredariam por outro caminho e sob a patente de outros argumentos.

Por várias vezes foram acionados discursos reiteradores da histericização da mulher, por todos os lados e de diversas maneiras. A infantil, incapaz de tomar decisões assertivas, dependente de um homem, louca, temperamental, emotiva e frágil, eminentemente materna, etc. Essas e outras características a ela atribuídas são produto de construções sociais, culturais, políticas e econômicas que se ao se instituírem, ganham o estatuto de “verdade” e servem para demonstrar, em última análise, como ainda é grande o caminho a ser percorrido pelas mulheres em busca de seus direitos por reconhecimento e por igualdade.

REFERÊNCIAS

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Chuva de Papéis**: ritos e símbolos de Campanhas Eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro: Relumê Dumará; Núcleo de Antropologia Política, 1998.

BIROLI, F. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu**, n. 34, 2010.

DELEUZE, Gilles. Post Sciptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. São Paulo: Editora 34. 2000.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HAROCHE, Claudine. Elementos para uma Antropologia Política do Ressentimento: laços emocionais e processos políticos. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (org). **Memória e (Res)sentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. 2ª ed, Campinas – SP, Editora da Unicamp, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Trad: M.T.C. Albuquerque e J.A.G. Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

WEBER, Maria Helena; ABREU, Carmem Regina. Debate político-eleitoral na televisão: jogo de cena e dispositivo estratégico. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (org.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos anormais. In: **Revista Estudos Feministas**. Vol 19. Nº 1. Florianópolis. 2011.

MOTA, Fernanda Ferreira; BIROLI, Flávia. "O Gênero na Política. A Construção do 'Feminino' nas Eleições Presidenciais de 2010". **Cadernos Pagu**, vol. 43, 2014.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ambiente acadêmico 76, 78, 82, 83, 88

Ambiente escolar 18, 67, 73, 76, 80, 82, 83, 84, 89, 92, 101, 104, 107, 113

Autismo 72, 119, 120, 121, 122, 126, 129, 130, 131, 132

B

Base Nacional Comum Curricular 102, 108

C

Comitê de ética em pesquisa 104

Componente curricular 1, 2, 102

Cor 18, 93, 94, 99

Cultura 5, 7, 14, 17, 19, 20, 21, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 45, 47, 51, 52, 73, 78, 80, 99, 111, 112, 115

D

Dança 29, 47, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Direitos sociais 14, 52, 133

Diversidade 15, 19, 20, 23, 26, 62, 76, 77, 79, 82, 89, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 118, 132

Diversidade cultural 93

E

Educação especial e inclusiva 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118

Educação Física 84, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 109

Empoderamento 22, 47, 48, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63

Escolas 21, 27, 67, 68, 69, 78, 80, 82, 86, 87, 89, 91, 96, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 123, 125, 126

Estereótipo 41

Estudo de caso 110

Estupro 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36

F

Feminismos 18, 28, 64

G

Gênero 4, 5, 6, 7, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 49, 50, 51, 52, 56, 58, 59, 62, 63, 64, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 87,

88, 89, 90, 91, 101, 103, 104

Grupo de discussão 65, 70, 71, 73, 74

H

História oral 51, 55, 62, 64

I

Identidade de gênero 5, 10, 40, 43, 76, 77, 79, 80, 85

Inclusão 10, 21, 51, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 91, 94, 95, 96, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 116, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 130, 131, 132

M

Machismo 26, 56, 60, 62

Masculinidades 8, 18, 42, 59

Memória coletiva 30, 34

Metodologias ativas 3

Mito 32, 33

Movimento feminista 20, 52

Mulheres 3, 7, 16, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 49, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 70, 81, 83, 90, 91, 94

Mundo da política 45

P

Pesquisa 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 12, 13, 14, 16, 19, 24, 26, 27, 28, 33, 44, 51, 52, 55, 57, 65, 66, 75, 76, 78, 79, 82, 83, 91, 93, 94, 95, 99, 101, 103, 104, 108, 113, 114, 119, 122, 124, 126

Plano Plurianual de Gestão 111, 114, 117

Política educacional brasileira 124

Práticas corporais 102

R

Raça 62, 93, 94, 99

Redes sociais 7, 11, 18, 42, 43, 44, 45, 46, 49

Representações sociais 65, 66, 67, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 92

S

Serviço Social 1, 2, 12, 13, 14, 133

T

Tecnologias digitais da informação e comunicação 3

Transexualidade 14, 77, 78, 90, 92

Transfobia 76, 77, 78, 81, 82, 83, 85, 90, 91, 92

Transgênero 1, 77, 78, 79, 81, 83, 87, 89, 91

V

Violência 5, 6, 16, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 57, 64, 76, 81, 82, 83, 84, 85, 90, 91

Vulnerabilidade social 52, 70

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



DIVERSIDADE

E INCLUSÃO SOCIAL

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br



DIVERSIDADE

E INCLUSÃO SOCIAL

Atena
Editora
Ano 2022